O crime não COMPENSA

índice de uso ilegal de software no Brasil é de 64%; conheça os riscos que correm os usuários de programas falsificados

DANIEL DOS SANTOS

Vírus, dados roubados por hackers, danos aos equipamentos, imagem da empresa arranhada, falta de suporte, multas elevadas e até a possibilidade de prisão. Apesar desses riscos e problemas, o uso de programas piratas continua a crescer no Brasil. Segundo a ABES (Associação Brasileira das Empresas de Software), o índice de pirataria passou de 61% em 2003 para 64% em 2004, gerando prejuízos de 659 milhões de dólares para o setor. No ano passado foram realizadas cerca de 700 operações de busca e apreensão de CDs com a identificação de mais de 500 lojas que comercializavam esse tipo de produto. As ações também resultaram no fechamento de 18 laboratórios especializados na fabricação de programas falsificados.

Pesquisa conduzida pelo Ibope com 602 entrevistados em São Paulo, no início de abril, mostra que a compra de produtos falsificados é consciente em 70% dos casos. Apesar de considerado por muitos usuários como "um crime menor", a comercialização e o uso ilegal de software podem gerar pena de reclusão de até quatro anos, além de multa de até 3 mil vezes o valor de cada software pirateado. "E quem responde por esses crimes é o responsável pela empresa", destaca Jorge Sukarie, presidente da ABES. As empresas que adquirem aqueles CDs de 10 reais no camelô com programas como Windows ou Office também comprometem sua credibilidade e correm o sério risco de instalar em seus computadores uma infinidade de pragas virtuais. Como todo mundo sabe - ou deveria saber - vírus, programas espiões e ação de hackers podem levar a perda de dados e panes nos equipamentos, causando prejuízos consideráveis.

Mas o que leva uma companhia a assumir todos esses riscos e ceder à pirataria? Na grande maioria dos casos, a resposta é uma só: preço. "Algumas empresas que entram em contato conosco se assustam com os custos dos programas", afirma Agnaldo Castellani, diretor da Canal do Software, empresa que oferece consultoria para quem quer regularizar o parque instalado. De acordo com ele, cerca de 60% das companhias interessadas na aquisição de programas não trabalham com versões oficiais.

"O usuário que utiliza programas ilegais busca essa alternativa errada motivado pela falta de verba para investir em software legal", confirma Pedro Fontes, gerente de canais da Corel para o Brasil, empresa que

TUDO LEGAL

Adquirido no começo do ano por um grupo inglês, o frigorífico Frigoclass, de Promissão, no interior de São Paulo, passa por um período de reformas. E o clima de mudanças já chegou ao departamento de TI. Após a realização de um inventário de software nos 50 computadores da empresa, foram identificadas cópias ilegais de vários programas. Para regularizar a situação, a companhia adquiriu, em junho, 20 licenças do pacote de aplicativos para escritório Office e 12 do sistema operacional Windows XP, entre outros programas, em um investimento de cerca de 50 mil reais. "A ordem é ter tudo original", afirma Jorge Alberto Martins da Silva, gerente de TI do Frigoclass. A disponibilidade de atualizações e a oferta de suporte são os principais benefícios que ele quer assegurar com a legalização.

tem no CorelDRAW seu produto mais copiado. "Em pequenas agências de publicidade ou gráficas, o uso ilegal do produto é muito grande", lamenta Fontes. Para reduzir esse índice , *a* desenvolvedora lança neste mês o Programa de Legalização Corel. Destinada a clientes com até cinco computadores, a iniciativa privilegia os descontos. A versão completa do CorelDRAW 11, por exemplo, sairá por 499 reais, com desconto de 50% em caso de atualização para a edição 12. Normalmente, o produto custa 1,3 mil reais.

Alvo freqüente dos piratas, a Adobe possui uma divisão para cuidar do problema, que afeta fortemente soluções como Photoshop e Font Folio. Segundo estimativas da empresa, apenas um terço dos usuários de seus programas no País utiliza os produtos de forma legal. "O combate não pode ser feito apenas com ações policiais. É preciso investir também na conscientização", acredita Luis Maian, gerente de canais e de licenciamento da Adobe. Entre as iniciativas da companhia está uma parceria com a Associação Brasileira da Indústria Gráfica (Abigraf) para o incentivo à legalização. Criada há um ano, a campanha inclui descontos de até 30% e ampliou o volume de negócios da Adobe com os associados da Abrigraf em 15%.

Muitas vezes, quem está diante do computador não tem sequer noção de que está usando um produto ilegal. "Ao adquirir um equipamento, é preciso estar atento não apenas a sua procedência. É comum a venda de PCs com programas sem licença", lembra Alexandre Leite, gerente de marketing e produto de soluções Windows da Microsoft. De acordo com Leite, além de nota fiscal do computador, é recomendável exigir o certificado de autenticidade dos programas.

Para evitar a pirataria promovida por funcionários, o executivo da Microsoft recomenda que as companhias adotem políticas de conscientização, alertando suas equipes sobre a gravidade do uso ilegal de software. "Os administradores também podem configurar os equipamentos para impedir a instalação de programas não-autorizados", lembra. Outra medida é a realização freqüente do inventário dos programas. A empresa oferece em seu site uma área (www.microsoft.com/brasil/antipirataria) com os passos necessários para a realização do levantamento e ferramentas gratuitas para auxiliar na tarefa - o Software Inventory Analyzer, por exemplo, permite a verificação de quais programas da Microsoft estão instalados. //PCW

FALSA IMPRESSÃO

Cartuchos para impressora a jato de tinta são um dos alvos favoritos dos falsários

Depois de muito pesquisar, você encontra uma "superpromoção" de cartuchos HP pela metade do preço. Instalado o suprimento na impressora, percebe que a qualidade dos documentos gerados está ruim e, pior ainda, o cartucho está vazando. Ao que tudo indica, você caiu no conto do cartucho pirata. "Os falsificadores copiam as embalagens, colocam cartuchos recarregados com tinta de má qualidade e vendem como sendo originais", explica Zulma Vega, gerente de produtos de suprimentos da HP no Brasil. Segundo ela, esse tipo de produto pode até danificar os componentes eletrônicos da impressora, inutilizando-a. Apenas nos três primeiros meses do ano passado, as ações de combate à pirataria da HP na América Latina levaram ao confisco de 33 milhões de dólares em produtos ilegais, 15,4 milhões de dólares acima do registrado no mesmo período de 2003. Para combater as fraudes, a empresa adota um selo de originalidade que muda de cor de acordo com o ângulo de visão. Ele pode ser conferido no endereço www.hp.com.br/suprimentos, página que também traz dicas para a identificação de cartuchos falsificados.

Fonte: PCWORLD, n. 157, p. 22-23, ago. 2005.